



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**SELMA LÔBO DOS SANTOS MANGUEIRA**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**  
**NA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO: ESTUDO DE CASO NA**  
**ESCOLA RECANTO NOVO**

**JOÃO PESSOA – PB**

**2018**

**SELMA LÔBO DOS SANTOS MANGUEIRA**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA  
NA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO: ESTUDO DE CASO NA  
ESCOLA RECANTO NOVO**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado na Universidade  
Federal da Paraíba como requisito  
básico para a conclusão do curso de  
Pedagogia.

**Orientadora:** Izaura Maria de  
Andrade da Silva

**JOÃO PESSOA – PB**

**2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catálogo e Classificação**

M277i Mangueira, Selma Lobo Dos Santos.

A inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista na escola da rede privada de ensino: Estudo de caso na escola Recanto Novo / Selma Lobo Dos Santos Mangueira. - João Pessoa, 2018.

53 f.

Orientação: Izaura Silva.

Coorientação: Munique Massaro.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. 2. Acompanhante Especializado. Ensino. I. Silva, Izaura. II. Massaro, Munique. III. Título.

UFPB/BC

**SELMA LÔBO DOS SANTOS MANGUEIRA**

**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO  
AUTISMO NA ESCOLA DA REDE PRIVADA DE ENSINO: ESTUDO DE  
CASO NA ESCOLA RECANTO NOVO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado, como exigência parcial para  
obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba.

Data: 01/11/2018

Resultado: aprovada

**BANCA EXAMINADORA**

Izaura Maria de Andrade da Silva

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izaura Maria de Andrade da Silva  
Universidade Federal da Paraíba  
(Orientadora)

Munique Massaro

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Munique Massaro  
Universidade Federal da Paraíba  
(Examinadora)

Santuza M. de F. P. da F.

Prof.<sup>a</sup> Ms. Santuza Mônica de Franca P. da Fonseca  
Universidade Federal da Paraíba  
(Examinador/ Professora de Estágio)

JOÃO PESSOA – PB

2018

## **DEDICATÓRIA**

Primeiramente a Deus minha força maior, depois a minha família minha base e sustentáculo pelo apoio e colaboração nas horas de angústias, aos meus amigos pela cooperação e companheirismo de todas as noites: o auxílio de vocês foi a minha força, aos Mestres que passaram em minha vida durante o curso: foi o ensinamento de vocês que me fez chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser meu guia em todos esses anos, por não me desamparar e nem me deixar desistir, mesmo nas horas de angústias e aflições, que foram muitas, Ele sempre esteve ao meu lado.

Aos meus pais por seu amor incondicional, seus ensinamentos no decorrer de toda minha existência e por sempre acreditar em minha pessoa: Se hoje sou o que sou, devo a vocês. Sou respostas das vossas constantes orações. Ao meu amado esposo, companheiro, amigo: Odon Veríssimo pela sua compreensão, apoio e incentivo, por sempre acreditar que seria possível, pelas renúncias feitas, só para ficar do meu lado enquanto fazia os trabalhos acadêmicos. Quero dizer Amor: Consegui estudar na UFPB!

As minhas irmãs e meu irmão que sempre me ajudaram com suas palavras de incentivo, suas palavras ficarão gravadas em meu coração. As minhas sobrinhas, Silvânia e Sielma pela vossa disponibilidade e ajuda nos momentos de angústias, vocês são meu orgulho.

Aos meus avós: “IN MEMORIAN”, por passar seus ensinamentos para mim, quero dizer que nenhum foi jogado ao vento, guardei todos em meu coração e procuro sempre seguí-los, foram eles que me tornaram essa pessoa de caráter e responsável. Aos meus cunhados: Maria do Carmo, Onaldo, Roberto que mesmo distantes, mas sempre tiveram uma palavra de ajuda, uma palavra de incentivo.

E sem esquecer aqueles que estavam comigo todas as noites, dividindo o mesmo espaço, as mesmas preocupações, as mesmas barreiras, meus amigos, amo cada um, vocês foram o ponto chave de minha chegada até aqui, Aline Rodrigues, Maria José, Klebyson Bernardo, Heidd Emanuelle, Deyseanne, Rosineide Ferreira, enfim, todos tiveram a sua participação em minha carreira acadêmica. Vocês foram e serão muito especiais em minha vida.

Ah! Tem aqueles que foram os degraus da escada para a minha subida até aqui, foram a minha base, meus Mestres, não citarei nomes, pois cada um deu a vossa contribuição para a minha formação, agradeço imensamente de coração.

A minha orientadora, Professora Doutora Izaura Maria, pelo apoio e incentivo e pelas palavras de orientações para o andamento do meu trabalho de conclusão, por ter sempre me ajudado, você foi minha inspiração para a realização do meu trabalho com esse tema. Obrigada por tudo.

A banca examinadora pela aceitação em fazer parte desse momento especial em minha vida acadêmica.

E a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o meu amadurecimento na minha carreira e me ajudaram a chegar até aqui, aqueles que estavam comigo me acompanhando em toda a minha trajetória acadêmica.

Muito Obrigada!

“Assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver.”

Ana Beatriz Barbosa Silva



## RESUMO

O presente trabalho propõe-se a mostrar a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Escola da Rede Privada de Ensino Recanto Novo e as dificuldades enfrentadas por essa escola para receber os alunos e incluí-los no meio educacional, procurando compreender que a presença do Acompanhante Especializado é de fundamental importância para o processo de inclusão, a partir de uma abordagem qualitativa. Para o desenvolvimento, foram utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa exploratória, a partir de dados colhidos no dia a dia de alunos com TEA. Durante a pesquisa de campo foi utilizado o instrumento de observação com registro em diário de campo buscando analisar os impasses sofridos pela professora e as suas conquistas junto ao aluno com TEA. Os resultados da pesquisa nos revelaram que a escola precisa entender como se dá o verdadeiro processo de inclusão assumindo o compromisso de estar aberta a mudanças de metodologias e das práticas pedagógicas procurando (re)construir sua identidade com a formação de profissionais no intuito de consolidar uma profissão autônoma produtiva em seus saberes e valores. Além disso, outro aspecto a ser considerado diz respeito a presença de Acompanhantes Especializados, cuja formação necessita ser compatíveis com a responsabilidade que assumem. Tais resultados nos inquieta a repensar no termo de inclusão e da obrigação das Políticas Públicas em assumir o compromisso sobre a formação docente, procurando o benefício dos alunos que necessitam de um olhar diferenciado e da regulamentação da profissão de Acompanhante Especializado. Sem essas observações, não poderíamos pensar em inclusão, mas apenas na inserção e matrícula de alunos com TEA e outras deficiências na escola, sem que ocorra o atendimento as suas necessidades e a garantia de seus direitos, como assegura a legislação brasileira.

**Palavras- chave:** Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Ensino. Acompanhante Especializado.

## ABSTRACT

This monograph sets out to show the inclusion of Autism Spectrum Disorder(ASD) Students in the private school *Escola Recanto Novo* and the difficulties faced by this school to receive the students and include them in the educational environment, seeking to understand that the presence of a Specilized Accompanier is extremely importance to the inclusive process, based on a qualitativy approach. For final thesis development, we used the theoretical-methodological assumptions of the exploratory research, based on the data collected in day-to-day ASD students. During the field research was observed and registered in the Dairy field research, to analyz the obstacles suffered by the teacher and her achievements with the ASD student. The results of the research revealed that the school needs to understand how the true inclusion process takes place, assuming a commitment to be open to changes in methodologies and pedagogical practices, seeking to (re) build its identity with the training of professionals in order to consolidate a profession in its knowledge and values. Futhermore, another aspect to be considered concern to the presence of Specialized Accompanier, whose the formation needs to be compatible with the responsability they assume. The results of this study concern us to rethink the term of inclusion and the obligation of Public Policies to make a commitment on teacher education, seeking the benefit of students who need a different look and regulation of the profession of Specialized Escorts. Without those observations, we could not think of inclusion, but just in the insertion and enrollment of ASD students and another disabilities in school, without attending to their needs and guaranteeing their rights, as guaranteed by Brazilian legislation.

**Key-words:** Autism Spectrum Disorder. Inclusion. Specialized Accompanier. Teaching.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
<b>3 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 Características psicológica e educacional do TEA.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1.1 Conceito.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1.2 Características.....</b>	<b>25</b>
<b>3.1.3 O Desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista.....</b>	<b>27</b>
<b>3.1.4 A Aprendizagem da Criança com Transtorno do Espectro Autista.....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 O Diagnóstico Transdisciplinar para o Processo de Inclusão de Alunos com TEA.....</b>	<b>29</b>
<b>3.3 Dificuldades da Escola no Processo de Inclusão de Alunos com TEA.....</b>	<b>30</b>
<b>3.4 Acompanhante Especializado para Auxiliar o Professor no Processo de Inclusão.....</b>	<b>32</b>
<b>3.5 A Inclusão e o Apoio Terapêutico no âmbito escolar.....</b>	<b>33</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Tipo da Pesquisa.....</b>	<b>34</b>
<b>4.2 Campo Empírico: A natureza e os sujeitos da pesquisa.....</b>	<b>35</b>
<b>4.3 Instrumento de Coleta de Dados.....</b>	<b>35</b>
<b>5 RESULTADO E DISCUSSÕES.....</b>	<b>36</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura discorrer sobre a inclusão de crianças com transtorno do espectro autista na escola da rede privada de ensino Recanto Novo<sup>1</sup>, buscando analisar as características psicológicas e educacionais desse transtorno e os desafios que a escola enfrenta para incluir essas crianças no âmbito escolar. Tendo por base transcorrer pelas concepções históricas sobre as pessoas com deficiência, as políticas públicas brasileiras e a formação e atuação de profissionais para essa área que se torna um desafio para o sistema educacional.

O tema escolhido é uma realidade vivenciada na escola Recanto Novo, pois há crianças com TEA incluídas no seu meio. O transtorno do espectro autista é um assunto bastante complexo, desafiador, mas ao mesmo tempo é empolgante. A inclusão da criança com TEA é um desafio para as escolas da rede privada de ensino, já que essas crianças têm dificuldade na comunicação, na interação e imaginação, e a escola privada se encontra na responsabilidade de incluir esses alunos.

Apesar da oferta de serviços de apoio estar estabelecidas nas políticas públicas e de todos os documentos necessários para a inclusão, às escolas privadas tendem a resistir ao processo de inclusão por parte de gestores e educadores, considerando a criança com TEA uma pessoa inferior e incapaz. Analisando, percebe-se que o problema não parte da incapacidade dos alunos, mas pode estar relacionado ao sistema de educação da escola que não consegue suprir todas as necessidades para a inclusão do aluno com TEA, ou pela falta de qualificação da direção e dos professores para ensinar, contribuindo para o fracasso escolar desses alunos. E em muitos casos, a escola recebe os alunos com TEA, mas não está preparada, um exemplo disso é a ausência de metodologias voltadas para a inclusão escolar, o que contribui com as dificuldades encontradas no processo de inclusão.

A Educação Especial no Brasil é vista como um grande desafio para profissionais da educação, tanto para a nova geração quanto para os que já atuam na área que visam à inclusão como algo eficaz que trarão grandes resultados e as escolas privadas precisam estar preparadas para enfrentar esse desafio. Os documentos legais elaborados e redigidos pelos setores responsáveis pela Educação Especial no Ministério da Educação (MEC) defendem a perspectiva inclusiva e apontam a importância no

---

<sup>1</sup> Para resguardar a identidade da escola foi utilizado um nome fictício.

relacionamento de crianças público-alvo da Educação Especial com crianças que não apresentam nenhuma deficiência aparente, afirmando que ambas se beneficiam nesse processo comum de ensino.

O tema deste projeto levou-me a analisar no fato da inclusão escolar de alunos com TEA ser uma questão desafiadora para a educação, em si tratando de gestão e educadores devendo ser trabalhado com ações metodológicas e governamentais que priorizem a educação inclusiva, que venham contribuir para que as escolas desenvolvam projetos e atividades visando à inclusão dos alunos com TEA nas escolas da rede privada. Deve-se buscar novas perspectivas para estudos mais avançados sobre a inclusão desses alunos à educação, contribuindo de forma efetiva para a tomada de decisões nas políticas educacionais, e de um novo modelo de Educação Inclusiva nas escolas. Sendo assim, um grande problema na educação estará sendo minimizado e muitos poderão ter novas motivações para ter um desenvolvimento livre de complicações, como a rejeição e exclusão. Por muitas das vezes a escola privada aceita o aluno com TEA, mas não sabe o que fazer com ele, na realidade o conceito de inclusão é muito mais amplo e abrangente do que se tem visto. Receber e aceitar um aluno com TEA na escola significa que aceitamos o próximo seja ele quem for. Melhorar as condições de atendimento aos alunos com TEA na escola significa modificar a visão da sociedade sobre as pessoas consideradas especiais. É uma mudança de modelo, é uma mudança de ponto de vista que certamente mudará a maneira de relacionamento entre os seres humanos de uma comunidade.

Buscou-se, portanto, analisar a inclusão dos alunos com TEA na escola da rede privada de ensino Recanto Novo e as dificuldades enfrentadas por essa escola para receber os alunos e incluí-los no meio educacional procurando compreender que a presença do acompanhante especializado é de fundamental importância para o processo de inclusão, mas que não elimina os apoios terapêuticos para que ocorra uma avaliação precisa do grau de desenvolvimento de cada aluno com TEA.

Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, foi desenvolvida na escola Recanto Novo, na cidade de João Pessoa. Para o seu desenvolvimento, foram utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa exploratória, a partir de dados colhidos no dia-a-dia de alunos com TEA.

Será abordada uma visão geral do transtorno do espectro autista e Educação, analisando que é possível haver a inclusão de alunos com TEA nas Escolas da rede privada de ensino e argumentando as causas do comportamento singular do autista e a

sua interação e desenvolvimento dentro do ambiente escolar, no intuito de estimular desafios para a concretização da inclusão escolar garantindo a todos os alunos uma educação acessível e de qualidade.

Enquanto que os objetivos específicos estão distribuídos em analisar as características principais dentro dos aspectos psicológico e educacional da criança com TEA; percorrer documentos que asseguram o direito a educação e a inclusão de crianças com TEA na escola; discutir a importância do diagnóstico transdisciplinar para o processo de inclusão do aluno com TEA; identificar as dificuldades da escola no processo de inclusão de alunos com TEA; examinar a formação dos professores ao receber o aluno com TEA; debater a importância da presença de Acompanhante Especializado para auxiliar o professor no processo de inclusão; sensibilizar de que a inclusão não elimina os apoios terapêuticos;

A pesquisa foi realizada a partir da minha vivência e observação na escola Recanto Novo, onde recebi um aluno com TEA, mas não tive condições de acompanhar o seu desenvolvimento, pois haviam 28 alunos de 1º ano fundamental e mais o aluno com TEA, sem uma auxiliar na sala, nem um acompanhante especializado e a escola não aceitava que eu fizesse as atividades do aluno diferenciada. Além disso, também partiu da observação da professora do jardim I que enfrenta a mesma situação. Assim, surgiu a minha inquietação em falar sobre essa situação em minha pesquisa.

## **2 LEGISLAÇÃO E A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

Nos últimos anos tem se compreendido o aumento do número de matrículas de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) nas escolas comuns, com esse aumento surgem então, grandes desafios tanto no âmbito escolar da rede privada quanto da rede pública. Os primeiros desafios surgem da obrigação que a escola tem em oferecer a esses alunos uma adaptação e um aprendizado adequado, capaz de propor uma inclusão e socialização apropriada, logo após, surge à obrigação de garantir um tratamento correto como definem as leis. No entanto, as normas não possuem um cumprimento eficaz, conforme é protestado por lei, vê-se isso no dia a dia das escolas comuns. As leis propõem e garantem a inclusão de crianças com TEA nas escolas regulares. A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece a Educação como um direito de todos os cidadãos, sendo, pois reafirmado esse direito em vários outros dispositivos legais sem que seja ignorada. Há uma busca por este direito pelos órgãos estatais, a partir da elaboração de políticas públicas que apontem à inclusão dos alunos com TEA visando à igualdade no acesso a educação e ao ambiente escolar. A convivência com pessoas díspares exige respeito as suas limitações pessoais e culturais, portanto, não adianta apenas ofertar vagas de matrícula na escola ou espaço físico em sala de aula para criança com transtorno no desenvolvimento, mas oferecer-lhe uma aprendizagem que permita a superação de suas limitações, garantindo um crescimento social e profissional. A inclusão escolar abrange uma transformação no aspecto jurídico que compreende o sistema educacional, assegurando o total respeito às pessoas com deficiências. Enfim, a sociedade deve gerar oportunidade de maneira igualitária desde a infância em especial no setor escolar.

A Legislação Brasileira contribui na conquista da difusão da normatização das práticas inclusivas envolvendo de modo geral o ensino regular, a Educação Especial e os interesses públicos e privados. Existem alguns documentos internacionais que asseguram os direitos do cidadão, dentre eles, o acesso à escola regular como direito de pessoas com deficiência, tais documentos são: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959), a Declaração da Conferência Mundial de Educação para Todos (Conferência de Jomtien) (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação (UNESCO, 1994). Em meio a tantos documentos o mais recente apregoa a Convenção

Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU, ratificada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009 (BRASIL, 2009a).

Ainda enfocando a Legislação Brasileira, percebe-se que nela estão incorporados os princípios dos documentos internacionais que expandem e asseguram a inclusão. Entre os principais documentos nacionais estão: a Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069 (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394 (BRASIL, 1996), o Plano Nacional de Educação – Lei nº 10172 (BRASIL, 2001, 2014), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001b), Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade (BRASIL, 2003), Programa de Implementação de Salas de Recurso (BRASIL, 2007), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009b), o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência- Viver sem Limite (BRASIL, 2011a), Plano Nacional de Educação (2014), a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Porém, mesmo com todos esses documentos, a educação inclusiva ainda enfrenta diversas barreiras na sua implementação, pois as diferenças ainda estão intrínsecas nas escolas, muito mais quando se refere a deficiência, já que as escolas não estão adaptadas para receber alunos com características e limitações na aprendizagem.

Desde o surgimento da política de inclusão, a Educação Especial vem ganhando espaço nas instituições de ensino, como também adquirindo direitos, que tem se elevado nas últimas décadas. A Constituição Federal tem afirmado que o direito a educação não se restringe apenas a uma parte da sociedade, mas garante que a educação é abrangente a todos sem exceção. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205 afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Afirma ainda que o ensino deverá ser ministrado baseado em igualdades relacionadas ao acesso, permanência e liberdade de expressão em seu lugar de aprendizagem: a escola, fazendo referências a todos os cidadãos brasileiros, inclusive os



que têm algum tipo de deficiência ou transtorno, estando exposto em seu Art. 206, Inciso I e II.

Em seu Art. 208, Inciso III a Constituição reforça e defende que é dever do Estado com a educação garantir o atendimento educacional especializado aos apresentam algum tipo de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988). Reforçando assim o “compromisso com a educação para todos”, trazendo como referência à Declaração de Salamanca (1994), que assegura “a necessidade e a urgência da obtenção de educação incluindo nesse contexto, crianças, jovens, adultos que possuam alguma necessidade específica ou, alguma especificidade que sejam vistas como obstáculo a permanecer na escola, dentro do sistema regular de ensino [...]”. Declara sobre a educação especial:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades, escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 1).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9.394) deixa claro no seu Capítulo V, Art. 58 o significado da Educação Especial, qual o seu público alvo, onde é ofertada e como deve ser os espaços para que ocorra a Educação Especial:

## CAPÍTULO V

### DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora [...] (BRASIL, 1996).

Mais adiante a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) traz um panorama histórico e normativo da Educação Especial, assegurando oferta de educação integradora, determinando diretrizes da política nacional que afiançam reorganização dos sistemas de ensino para atendimento educacional a todos no sistema regular de ensino, Afirma assim o acompanhamento nos avanços do conhecimento e das lutas sociais, buscando a constituição de políticas públicas que promovam uma educação de qualidade para todos os alunos nos seguintes termos.

Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14).

As leis deixam evidentes as características das pessoas que podem ser consideradas com transtorno, enfatizando que o aluno com autismo também está incluído nesse grupo.

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. (BRASIL, 2008, p. 15).

Pode-se observar que a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista instituída na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, faz uma alteração no §3º do Art. 98 da Lei nº 8. 112, de 11 de dezembro de 1990:

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Art. 3º- São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

III- o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (BRASIL, 2012).

Porém, receber o aluno com TEA na rede regular de ensino não é o suficiente, é necessário além de receber, incluir esse aluno de forma igualitária, para tanto a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Lei de nº 13.146/2015, vai muito mais além das medidas designadas pela Convenção da ONU, pois se baseia na omissão de serviços públicos impetradas na própria população. A LBI não trás a ideia de retrocesso de direitos, mas de avanços, de alterações em leis que percorrem o Brasil buscando fazer adaptações em leis que não atendiam ao protótipo das pessoas com deficiência, partindo do conceito de deficiência que hoje não é mais entendida como um atributo da pessoa, mais um resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão as particularidades de cada um. O texto da LBI não vem apenas propor intenções, mas trazer soluções práticas para todas as áreas políticas públicas. No Art. 8º da LBI fica claro em quem está a responsabilidade de assegurar a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação e comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, dentre outros decorrentes da Constituição da República Federativa do Brasil, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 2015).

A LBI chama a atenção das escolas privadas ao recebimento e inclusão dos alunos com TEA ao seu espaço, adotando medidas de adaptações sem que haja cobrança de valores adicionais nas mensalidades, anuidades ou matrículas, evidenciando as obrigatoriedades em seu Art. 28 nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII, sendo reafirmada no parágrafo 1º do mesmo Art. deixando claro que a educação do aluno com deficiência não deve ser negligenciada.

Incluir o aluno com TEA ou com outra deficiência na escola não se trata apenas dizer que este aluno faz parte da escola e não oferecer apoio e condições de permanência na mesma. É necessário fazer a verdadeira inclusão de acordo com a Resolução nº 04 de 2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Além de o aluno frequentar a sala de aula regular, faz necessário dispor de um Atendimento Educacional Especializado ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado sem que haja cobrança de valores adicionais (BRASIL, 2009).

A resolução deixa claro como se dá a implementação e o funcionamento, explicando as pessoas que devem receber o Atendimento Educacional Especializado, levando a compreensão de que esse atendimento não substitui a sala regular de ensino, mas sendo apenas um complemento para a formação do aluno com estratégias que irão auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem de cada aluno com qualquer tipo de deficiência, ficando em evidência em seu Art. 2º:

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009).

A legislação traz a sua contribuição favorecendo a inclusão e oferecendo direito ao ensino a esses alunos, que com o seu cumprimento garante um ensino adaptado às necessidades de acordo com suas potencialidades. Para o cumprimento de todos esses documentos, a escola fica na responsabilidade de prover reformas pedagógicas para dar apoio ao processo de inclusão, incentivando os seus professores a procurar conhecimentos sobre TEA para perceberem como é possível e prazeroso lidar com alunos com TEA. Compreendendo a melhor forma de ensinar cada aluno respeitando o seu perfil intelectual, ficando consciente de que cada aluno TEA tem a sua

especificidade e possui dificuldades e capacidades diferentes, mas, que é necessário o professor fazer a inclusão no ensino desses alunos de forma adaptativa, pra que ocorra a interação e socialização a partir da troca de experiências com seus pares.

Os representantes do município de João Pessoa, preocupados com a situação de inclusão e com o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas públicas e privadas, elaborou uma lei em que regulamenta a implantação de assistência psicopedagógica tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino, na intenção de diagnosticar, intervir e prevenir problemas de aprendizagem e acompanhar os alunos com transtorno do espectro autista, deixando claro em seu Art. 2º da Lei ordinária nº 12.628 que:

A assistência a que se refere o Art. 1º deverá ser prestada por profissionais habilitado e ocorrer nas dependências da instituição durante o período escolar, sem qualquer aumento nos valores das mensalidades dos alunos beneficiados. (JOÃO PESSOA, 2013).

Para que ocorra a efetivação da inclusão, está em tramitação um Projeto de Lei com a proposta que torna obrigatório a presença de um cuidador em escolas regulares para acompanhar alunos com deficiência, quando necessário, acrescentando parágrafo ao art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, assegurando a presença de cuidador na escola, se necessário, ao aluno que apresente algum tipo de deficiência a partir dos primeiros anos de ingresso na vida escolar.

Contudo, percebe-se que as leis de inclusão afirmam que o atendimento inclusivo das pessoas com deficiência deve ser garantido desde o início de vida escolar percorrendo por todas as modalidades de ensino um aprendizado adequado visando a busca da sua autonomia. Porém ao decorrer deste trabalho, nota-se que para a educação inclusiva tornar-se uma realidade em nosso país ainda precisa ser trabalhado muito. Ainda existem lacunas visíveis que precisam ser fechadas, mesmo que ocorram fatos verdadeiros de funcionamentos que regulamentam esses direitos específicos as pessoas com TEA, ainda se pode deparar com situações de despreparo de professores e muitas das vezes da própria direção escolar, com a falta de utilização de técnicas que facilitem a interação, o aprendizado e o desenvolvimento da criança com TEA dentro do espaço escolar e até mesmo a conscientização familiar.

### 3 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO

No ambiente educacional, desde muito tempo atrás temos ouvido relatos de alunos com comportamentos que chamam a atenção do educador, como movimentos repetitivos, sem nenhuma causa visível, dificuldade na comunicação e dificuldade na interação social. Por volta de 1908, ao observar certos comportamentos, o psiquiatra suíço Eugen Bleuler, descreveu um grupo de sintomas fazendo relação desses sintomas com a esquizofrenia usando o termo Autismo pela primeira vez. (CUNHA, 2012, p. 20)

Em 1943, ao observar onze crianças internas em uma instituição, sempre distanciadas das outras mantendo uma relação não ligada aos objetos, inclusive os brinquedos, o psiquiatra Leo Kanner usa o termo Autismo para descrever o comportamento dessas crianças. (NUNES, 2003)

O termo Transtorno do Espectro Autista (TEA), hoje é utilizado para se referir a três transtornos (Transtorno Autista, Transtorno de Asperger e Transtorno Global ou Invasivo do Desenvolvimento), o que antes era conhecido apenas por TGD ou TID (Transtorno Global do Desenvolvimento ou Transtorno Invasivo do Desenvolvimento). Nem todos os transtornos classificados no DSM-IV e na CID-10 são analisados na categoria diagnóstica dos TEA, sendo assim, o Transtorno de Rett e o Transtorno Desintegrativo da Infância não fazem parte desse espectro.

O Transtorno Autista, segundo o DSM-IV-TR apresenta um quadro clínico em que há a prevalência de danos na interação social, nos comportamentos não verbais e na comunicação, comprometendo assim a linguagem da criança ou ainda pode ocorrer a ecolalia e uso da linguagem estereotipada. (DSM-IV, 1995)

O Espectro Autista ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) compõe diagnósticos variáveis, que afetam as áreas de interação social, comunicação e comportamentos, podendo surgir antes dos 3 anos de vida. Essa classificação foi elaborada pela Associação de Psiquiatria nas edições DSM IV e V, enquanto que o CID-10 tem o Autismo como um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. O Autismo por afetar o desenvolvimento do indivíduo e ele pode ou não ser anexado a um comprometimento cognitivo, estando presente em aproximadamente 70% dos relatos, que com a ampliação dos critérios diagnósticos tende a diminuir.

Ainda não se ouviu falar em nenhuma cura comprovada do TEA, porém, as pesquisas tem mostrado que as crianças com TEA têm respondido à intervenção prematura e intensa, as estratégias criadas para a manipulação do comportamento e as

ações educacionais, contudo não é fácil estabelecer um prognóstico preciso do TEA, já que as mudanças ambientais, imaturas e do desenvolvimento do próprio indivíduo faz tornar esse presságio difícil de ser estabelecido. Mesmo que a criança com TEA apresente uma evolução no quadro, adquirindo independência e produtividade, carregará por toda sua vida características mais ou menos marcantes desse transtorno. (NUNES, 2003).

A pessoa com TEA pode ter associado ao transtorno, outras deficiências, tais como deficiência intelectual, dificuldades de coordenação motora e de atenção, além disso, pode muitas vezes, apresentar problemas de saúde física, tais como distúrbio gastrointestinal e sono, podendo também apresentar condições como síndrome de déficit de atenção, hiperatividade, dislexia ou dispraxia. No período da adolescência pode desenvolver ansiedade e depressão. (SILVA, 2012)

Uma pessoa com TEA pode levar uma vida relativamente normal, outras podem apresentar necessidade de apoio especializado. Algumas podem apresentar dificuldades na aprendizagem tanto em aprender as atividades do dia a dia, como tomar banho ou preparar a sua própria alimentação.

A educação normalmente gira em torno de criar ou adquirir habilidades básicas para o desenvolvimento tanto na comunicação quanto na autonomia Para Walter (2000), ao se definir as estratégias educacionais e de tratamento é preciso estar atento às metas e considerar os comportamentos que são de fato funcionais. Uma vez avaliado é possível conhecer quais são os problemas que se destacam com maior urgência (WING, 1982).

Na escola, o professor é a peça chave no processo de aprendizagem do aluno com TEA, pois é ele quem procura adquirir uma melhor forma de fazer com que ocorra a aprendizagem de maneira efetiva e procura meios para facilitar a comunicação com esse aluno.

Todas as ações como comer, correr, escrever, falar, morder, desenhar, dormir, cantar, bater, se machucar, enfim todas as ações humanas o que se pode ver e não ver, sentir, pensar, contar, compreender, chamamos de comportamentos, são eles que ajudam a facilitar a comunicação com outras pessoas. Podendo ser entendido como produto da tríplice contingência, sendo nutrido ou modelado pelas consequências que produz. Dependendo do seu comportamento, esse produz consequências no futuro. O método comportamental faz intervenção direta nos comportamentos inadequados, preocupando-se com a estrutura da sala de aula, as rotinas de aula estruturadas, a

programação oferecida aos alunos, o sistema individualizado de trabalho e com o uso do apoio visual na realização das atividades.(AUTISMO&REALIDADE, 2013)

Porém, existem terapias que auxiliam na intervenção para diminuição do comportamento irritadiço da criança com transtorno do desenvolvimento, precisando ser acompanhado pelo médico, família, escola e terapia específica para o transtorno do espectro autista, havendo assim, uma sintonia entre os participantes, para tanto a mais indicada é a terapia comportamental.

A Análise Aplicada do Comportamento (ABA) é o método utilizado por vários países tendo como base pesquisas científicas para comprovar a eficácia, visa modificar os comportamentos considerados inadequados, fazendo a substituição por outros mais funcionais, tomando por base os comportamentos social, verbal e a extinção da birra. Tais procedimentos comportamentais fortalecem habilidades efetivas modelando as que ainda não foram alargadas. A terapia comportamental cria oportunidades da aprendizagem na criança para que ela pratique habilidades através de incentivos ou reforços positivos, fazendo elogios e premiações a cada comportamento objetivado de maneira adequada. (SILVA, 2012)

Para a realização da terapia comportamental, o profissional incentivador do aprendizado adota algumas fases, visando às dificuldades de cada criança:

Apoio físico: a criança realiza a atividade com o auxílio do profissional segurando sua mão;

Apoio leve: a criança necessita de um direcionamento para a realização da atividade;

Apoio verbal: a criança necessita que alguém fale o que ela precisa fazer;

Apoio gestual: a criança espera que o profissional aponte direcionando ao que deve ser realizado;

Realização da atividade de modo independente pela criança. (SILVA, 2012)

O Treatment and Education of Autistic and a Related Communication Handicapped Children (TEACCH) é um método que procura fazer intervenção por meio de uma estrutura externa, organização do espaço, materiais e atividades, admite que as crianças do espectro autista criem mentalmente estruturas internas, modificando-as em estratégias tornando-se capaz de crescer e se desenvolver de modo que ao chegar na fase adulta consigam o máximo de autonomia. (SILVA, 2012)

Enquanto que o Sistema de Comunicação através da Troca de Figuras (PECS) ajuda a crianças e adultos com TEA ou outros distúrbios de desenvolvimento a adquirir



desenvolturas na comunicação. Pode ser utilizado com crianças que possuem uma baixa eficiência na comunicação ou que não se comunicam. O PECS utiliza cartões para facilitar a comunicação, podendo se tornar satisfatória essa troca de comunicação instrumental, não havendo uma substituição da fala, mas uma estimulação para a comunicação, ampliando o repertório verbal da criança e auxiliando nos comportamentos de birra quando decorrida da dificuldade da comunicação (NUNES, 2003).

A comunicação e a linguagem para ser desenvolvida dependem das habilidades sócio cognitivas do indivíduo como a capacidade em manter a atenção conjunta, imitar e representar.

Cabe a instituição de ensino utilizar estratégias para facilitar a adaptação escolar da criança, para tanto é necessário que a instituição invista na capacitação do corpo docente e demais colaboradores da instituição, traçar um plano de ensino voltado ao respeito da capacidade de cada criança, tomando como base a suas capacidades e fragilidades, estabelecendo estratégias de aprendizagem diversificadas, promovendo a integração com os colegas de sala possibilitando a criação de vínculos e proximidade com as outras crianças e respeitando as limitações sociais e sensoriais da criança procurando promover atividades que auxilie nesse processo de aproximação.

A educação da criança com transtorno do espectro autista é garantida por lei, iniciando com o acesso a escola, estendendo-se à sua permanência e aprendizagem na instituição, seja ela pública ou privada estando exposto na Lei nº 12.764/2012 no parágrafo 2º do artigo I que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista.

### **3.1 Características psicológica e educacional do TEA**

#### **3.1.1 Conceito**

Por volta de 1911, Eugene Bleuler criou o termo autista para descrever sintomas da esquizofrenia, definindo como “*Fuga da realidade*”. Esse termo Autismo vem do grego “*autos*” e significa “*de si mesmo*”. Leo Kanner, psiquiatra austríaco, em 1943 associou o termo Autismo a uma obra publicada na revista *Nervous Children* por nome “*Autistic Disturbances of Affective Contact*”, descrevendo o caso das onze crianças que apresentavam em comum desde o início da vida um isolamento extraordinário e um

desejo obsecado pela preservação da inalterabilidade, a qual as denominou de autistas, no mesmo ano Hans Asperger descreveu em sua tese de doutorado, a Psicopatia Autista Infantil. (SILVA, 2012)

Em 2013 a 5ª edição do DSM eliminou os subtipos dos transtornos do espectro autista, diagnosticando em um único espectro com diferentes níveis de gravidade. Não se considera mais a Síndrome de Asperger uma condição separada, definindo o diagnóstico para autismo em duas categorias: conturbação da comunicação e a interação social e a presença de comportamentos que estão sempre sendo repetidos e estereotipados. (DSM-5 )

Devido o envolvimento de situações e apresentações diferenciadas, numa gradação que vai da mais leve a mais grave, passou a receber o nome de Espectro (*spectrum*).

### **3.1.2 Características**

As alterações nas áreas de interação social, comunicação e comportamento são as características principais do TEA. Entre 10 mil nascidos, cerca de 20 são acometidos pelo transtorno do espectro autista. Esse diagnóstico é quatro vezes mais comum no sexo masculino surgindo caracteristicamente nos seus primeiros três anos de vida. (ASA, 1978)

As causas da síndrome ainda não foram possíveis de ser provada cientificamente, sendo associado a distúrbios metabólicos hereditários, encefalites, meningites, rubéolas ou lesões cerebrais, porém nada provado, relacionando as dificuldades diretamente com o grau de autismo apresentado. Mediante as dificuldades algumas pessoas apresentam fala ilesa, outras não, algumas apresentam a deficiência intelectual, mutismo, algumas são fechadas e afastadas, outras presas a comportamentos limitados. As crianças com o espectro autista aprendem, mas têm um modo diferente de aprender e acionar as informações necessárias de ambientes demasiadamente organizados, uma vez que o autista sente dificuldade na mudança de usualidade.

Existem maneiras de tornar a vida de uma pessoa com TEA mais funcional, já que não existe cura, é de suma importância o diagnóstico precoce, pois enquanto mais cedo iniciar o tratamento melhor para a pessoa.

O TEA é um transtorno puramente identificado pela observação da criança em seus mais variados ambientes, não existindo exames de imagem ou de laboratório que o

confirmem, assim, a escola e os cuidadores em instituições têm o papel terminante de investigar o comportamento das crianças sendo solicitado pela equipe de acompanhamento.

Para o tratamento adequado faz-se necessário a composição de uma equipe multi e interdisciplinar; pediatria, psiquiatria, neurologia, psicologia, odontologia, pedagogia, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional e orientação familiar, sendo importante também a farmacoterapia no processo de desenvolvimento do tratamento, porém não são todos os indivíduos que tem necessidade de fazer uso do mesmo, muitas vezes nem o medicamento nem o tratamento são específicos para o indivíduo com TEA. A contribuição da família no tratamento e inclusão da pessoa com TEA é de extrema significância. O quadro de TEA não é inalterável, ou seja, alguns sintomas podem modificar-se, outros podem ser amenizados e chegar a desaparecer, podendo surgir outras características de acordo com a evolução do indivíduo. Para tanto é aconselhável avaliações sistemáticas e periódicas. (ASA, 1978)

A Autism Society of American (ASA), afirma que a criança com TEA rotineiramente apresenta pelo menos metade das características listadas a seguir:

- 1 Complicação em se relacionar com outras crianças;
- 2 Riso inconveniente;
- 3 Limitação no contato visual;
- 4 Insensibilidade visível à dor;
- 5 Priorização pela solidão, modos separados;
- 6 Rotatividade de objetos;
- 7 Fixação inapropriadas em objetos;
- 8 Hiperatividade perceptível ou extraordinária ociosidade;
- 9 Resposta insuficiente aos métodos normais de ensino;
- 10 Persistir na repetição, resistir à mudança de rotina;
- 11 Não teme o perigo;
- 12 Procedimentos com atitudes curiosas (prender objetos ficando abaixado; ficando de pé numa perna só; interromper a passagem por uma porta; liberando apenas após tocar de certo modo os alisares);
- 13 Ecolalia;
- 14 Rejeitam colos e afagos;
- 15 Procedem de forma como se estivesse surdo;

16 Limita-se em expressar necessidades – preferem fazer gestos e apontar no lugar ao invés de usar palavras;

17 Ataques de raiva – apresenta extraordinária aflição sem motivo visível;

18 Habilidades motoras irregulares – pode arrumar blocos ao invés de chutar uma bola. (GAUDERER,1997)

### **3.1.3 O Desenvolvimento da criança com transtorno do espectro autista**

Jean Piaget em suas pesquisas afirma que o desenvolvimento do ser humano ocorre em quatro fases de maneira gradual. Em cada fase, o desenvolvimento muda conforme as diferentes formas de visão do mundo do indivíduo, dos estímulos recebidos, de seu grupo igualitário, cultural e tudo que o cerca (PIAGET,1970). O desenvolvimento da criança com TEA não acontece do mesmo modo, na maioria das vezes a fase da amamentação é normal, porém após esse período surge falhas no seu desenvolvimento, sobretudo os atrelados à comunicação e interação social.

Para as crianças com TEA o processo de desenvolvimento não são iguais à todas, não há uma padronização para o processo de desenvolvimento, por exemplo, em uma criança com TEA o andar pode ocorrer com menos de dois anos de idade, em outra pode iniciar aos quatro anos de idade, mas são capazes de possuir desenvolturas especiais que operam junto com graves déficits de comportamento, cada criança tem seu próprio momento de aprender. Surge então, a necessidade de um atendimento multidisciplinar, contribuindo para que a mesma se torne a mais autônoma possível, capaz de realizar coisas simples como vestir uma roupa, cortar as unhas e outras situações de rotina que são corriqueiras na vida e que auxiliam na linguagem, correção de postura, aplicação de atividades que auxiliem nas atividades diárias, assim, a família incluída atuará diariamente com a criança dando segurança e amor necessário ao desenvolvimento de suas limitações.

### **3.1.4 A Aprendizagem da criança com transtorno do espectro autista**

Existem dois ambientes fundamentais para que ocorra a aprendizagem da criança com TEA: na escola e em casa. As habilidades do dia a dia deveriam acontecer no ambiente natural, mas nem sempre é possível. Tarefas simples, corriqueiras fazem toda diferença na qualidade de vida dessa criança. Os pais precisam trabalhar a independência dos filhos, incentivando-o a se vestir sozinho, e fazer outras atividades

corriqueiras sozinhas, porém esse desenvolvimento é lento, precisa ter calma, e sempre se deve elogiar a criança por cada avanço. Uma das mais fortes características são os déficits cognitivos múltiplos caracterizados pela dificuldade na habilidade do sentido de entendimento e na comunicação, a dificuldade em se concentrar, pensamento concreto, problema de organizar e fazer sequências, dificuldades de generalizar, havendo também os comportamentos característicos: impulsividade intensa, ansiedade, anormalidades sensorio-perceptuais, devido a essas características a aprendizagem do aluno com TEA se dá de modo diferente.

Segundo Carothers e Taylor (2004), existem algumas técnicas que têm certa eficácia para a aprendizagem de crianças com TEA, e que se utilizadas de forma correta poderá fazer grande diferença na vida dessas crianças. Como por exemplo:

- Modelagem através de gravação de vídeo – Um aluno que já adquiriu habilidade é gravado executando-a e assim o vídeo é repetido várias vezes para o aluno que ainda não adquiriu a habilidade em questão;
- Rotina de atividades pictográficas – ilustrações como fotos, desenhos, etc., compõem estágios de uma tarefa, para que o aluno siga as instruções e complete a tarefa independentemente;
- Participação e Orientação de colegas - Outras crianças normotípicas são usadas como modelos para o ensino de habilidades funcionais na comunidade para alunos com TEA.

Essas técnicas são aplicadas na escola dando continuidade da aplicação das técnicas em casa, sendo conveniente a participação de parentes, vizinhos para modelar um comportamento, uma habilidade, uma tarefa.

Outras técnicas, segundo Mello (2007), foram desenvolvidas para o tratamento de crianças com TEA em casa ou em clínicas de tratamento, quando aplicadas de forma correta e consciente tornam-se eficientes na reabilitação destas crianças: Comunicação facilitada, Integração Auditiva, Integração Social, Movimentos Sherborne.

O papel da escola na aprendizagem do aluno com TEA é estar preparada para que esse aluno se desenvolva como cidadãos capazes de pensar, aprender, construir e tomar decisões.

Família e escola devem associar seus trabalhos criando condições para que haja comunicação com a criança. Essa aprendizagem precisa ser estimulada pelos professores e pelos pais cumprindo seu papel fundamental, pois convivem diariamente com essas crianças.

### **3.2 O Diagnóstico Transdisciplinar para o Processo de inclusão de Alunos com TEA**

O diagnóstico transdisciplinar precede uma avaliação e sucede de uma direção de tratamento. Porém, precisa-se entender antes o significado do termo Transdisciplinaridade no contexto do TEA para poder chegar ao diagnóstico transdisciplinar. O transtorno autista envolve perdas qualitativas nas três áreas do desenvolvimento humano, a crença de que a pessoa com TEA vive em um mundo individual, persiste desde muitos tempos atrás, sendo assim através de tais posturas é gerada barreiras atitudinais por meio dos profissionais envolvidos no tratamento da criança sendo compreendida como componente de oposição a mudança, tais como a prática do modelo inclusivo. Sendo assim, a transdisciplinaridade neste lugar de discussão é vista como campo que luta, como filosofia de vida, como atitude individual apto de realizar os caminhos para a inclusão em nossas escolas.

O termo Transdisciplinar ousa buscar a unidade do conhecimento, uma vez que o prefixo “trans”, diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre, através das disciplinas. Entretanto, vale questionar que a Transdisciplinaridade discorre e orienta a equipe na visão do trabalho multidisciplinar, dos profissionais da educação e da família, dispostos a oferecer direções e possibilidades de vida diária com autonomia para a pessoa com o transtorno. Para tanto é necessário o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar no acompanhamento de uma pessoa com TEA, profissionais capazes de superar, ou de ultrapassar o domínio das disciplinas que são estabelecidas de forma isoladas e fragmentadas, é necessário ainda que cada membro da equipe familiarize-se com a diversidade de disciplinas e que esteja continuamente frequente nas disciplinas dos colegas para que ocorra uma comunicação entre si, sem seguir um modelo verticalizado, mas assumindo uma característica horizontal onde todos compartilham conhecimentos e saberes (IRIBARRY, 2003, p. 484).

Quando se assume uma atitude transdisciplinar assume-se o compromisso de despir-se de padrões que prendem as mentes e cegam as práticas dos profissionais na obstinação para a mudança, fazendo enxergar o modelo da inclusão com possibilidades de diálogo entre os profissionais de diversas áreas de conhecimento favorecendo uma educação íntegra.

Uma espécie de avaliação é uma das hipóteses motivada pela preleção de que o professor produz a partir de uma situação enfrentada na escola, sendo compreendida e articulada por um discurso produtor de esperanças e amarguras.

Essa avaliação é uma pesquisa da situação de um novo aluno, onde se avalia suas características, suas precisões e diferenças, sendo imprescindível ser partilhada com outros profissionais para que produzam um conhecimento que auxilie no trabalho com o novo aluno. O importante é que o professor receba assistência adequada de profissionais de outras áreas para que ocorra a articulação transdisciplinar. O professor por sua vez, deve reivindicar essa assistência e os interesses que projetam a experiência da inclusão, para a implementação da assistência, assim, a base para a inclusão acontecer na rede de ensino, é preciso adaptar exemplos de diagnóstico da área da saúde para a educação.

### **3.3 Dificuldades da Escola no processo de Inclusão de Alunos com TEA**

Mesmo com a garantia da inclusão em leis e decretos ao acesso às escolas do Brasil de crianças com TEA, não há garantia que essas crianças nem tampouco professores estejam desfrutando desses direitos enquanto cidadãos. O sistema de ensino das escolas separam as crianças incluídas das demais, para elas ao separar as crianças com autismo das demais, elas irão desenvolver suas habilidades conforme sua faixa etária com maiores chances. Quando se pensa em uma escola para a construção de lugar social de crianças com TEA como espaço saudável, pensa-se em uma proposta que possibilite o avanço no sentido de uma sociedade que não exclui o diferente.

A maior dificuldade das escolas de rede privada na inclusão de alunos com TEA, é que elas não estão preparadas para receber esses alunos, nem estão preparadas a passar por mudanças em sua metodologia e na preparação de professores, muitas delas não aceitam a implantação do apoio de especialistas terapeutas, nem na estrutura física. Muitas recebem o aluno com TEA, mas não sabe o que fazer com ele, passando distante do conceito de inclusão, pois o mesmo é bem amplo do que se tem visto. Para manter um aluno com TEA ou com outra deficiência precisa-se aceitar e está aberto a mudanças em todos os sentidos.

A escola da rede privada age de forma contrária ao que se deve, preferindo adaptar o aluno com TEA às necessidades da escola à adaptar o seu currículo às necessidades do aluno. O dever da escola é apresentar um currículo adaptável aos

diferentes interesses, capacidades e potencialidades de cada aluno com TEA ou outra deficiência. Esse currículo deve estar voltado ao acompanhamento e desenvolvimento do aluno sendo revisto de acordo com a necessidade, buscando respeitar todo processo de desenvolvimento de cada criança. É então nesse sentido que a escola da rede privada sente o maior desafio, o de desenvolver um currículo centrado em um aluno propício a desenvolver suas habilidades e competências voltados a sua capacidade motora, intelectual e que respeite a diferença.

Além disso, é necessário que a escola respeite os conhecimentos prévios da criança e ofereça apoio às crianças que precisam de ajuda na realização das atividades podendo ser oferecido esse apoio tanto nas salas comuns como em sala de Atendimento Educacional Especializado. Também se faz necessário a presença ativa da família para que acompanhe o desenvolvimento da criança dentro do ambiente escolar.

A escola da rede privada precisa estar atenta para as constantes mudanças curriculares e os novos projetos educativos, para tanto se deve pensar em uma perspectiva de formação de professores voltada a educação especial e a formação continuada do professor no intuito de pensar que, para que ocorra a mudança na escola necessita antes de tudo o empenho dos professores nessa mudança e que tudo depende da liberação de espaços para que realmente haja a formação continuada, lembrando-se de certa forma que essa formação não ocorre de forma isolada e independente, mas com o envolvimento de todos para que haja a transformação e sensibilização para atender às necessidades educacionais especiais do aluno.

Há inúmeros critérios que as escolas precisam seguir em seus espaços para que a inclusão seja de fato implementada como: conhecer as características da criança promovendo adequações físicas e curriculares; treinamentos de profissionais à busca de novas informações são indispensáveis; procurar profissionais para que avalie a criança; preparar os seus programas para que atenda aos seus diferentes perfis; conscientizar os professores quanto a adaptação das atividades e avaliações da aprendizagem; estar consciente que o conhecimento e habilidades possuem definições diferentes para o Transtorno do Espectro do Autismo; analisar o ambiente para que evite situações que gerem impactos sobre os alunos; prover suporte físico e acadêmico garantindo uma aprendizagem aos alunos incluídos; realizar a inclusão com a presença de apoio terapêuticos com a tutoria individual; saber que a educação não elimina os apoios terapêuticos; desenvolver programas de educação que busque a socialização e avanço



nas realizações das atividades; aprimorar as práticas conforme o aprimoramento das pesquisas sobre TEA.

Só com a realização desses critérios é que se pode dizer que a escola oferece uma educação inclusiva.

### **3.4 Acompanhante Especializado para Auxiliar o Professor no Processo de Inclusão**

Educar uma criança com TEA tem sido um grande desafio em função das características desta população, mas para que ocorra uma educação efetiva, ela precisa ser realizada em escolas regulares com a presença de um acompanhante especializado para auxiliar o professor no processo de inclusão. O papel desses apoiadores não é o de realizar as atividades pedagógicas, mas sim, dar suporte a criança nas atividades propostas incentivando a sua participação na mesma, e quando isso não for possível, oferecer atividades paralelas ou até mesmo mudar de ambiente com ele, sendo assim uma ponte nas relações sociais entre o aluno com TEA e o grupo.

O acompanhante especializado recebe as mesmas orientações que o professor a sala de aula tem conhecimento dos registros do aluno sendo possível um planejamento futuro com essas informações.

Cunha (2014) fortifica a intensidade do acompanhamento especializado junto ao aluno com TEA ao destacar:

Enquanto o aluno com autismo não adquire a autonomia necessária, é importante que ele permaneça sob o auxílio de um profissional capacitado ou um psicopedagogo para que dê suporte ao professor em sala de aula. Na escola inclusiva, é demasiadamente difícil para um único educador atender a uma classe inteira com diferentes níveis educacionais e, ainda, propiciar uma educação inclusiva adequada. Tudo o que for construído no ambiente escolar deverá possuir o gene da qualidade. (CUNHA, 2014, p.55).

O acompanhante especializado em diversos estados brasileiros, vem desenvolvendo seu trabalho momentâneo com o aluno com TEA, sendo apenas enquanto esse aluno conquista sua autonomia nos espaços escolares, porém, a figura do acompanhante especializado não é aceito em todos os espaços educacionais.

No Brasil, o cuidador pela legislação, tem a função de contribuir nas atividades de higiene, locomoção e alimentação. Não é exigida uma formação específica em Educação Especial, Psicopedagogia ou outra formação, uma vez que o aluno com TEA precisa de um apoio e esse apoio alguns autores denominam de Monitor ou Tutor. Uma

desordem aguda do desenvolvimento demanda tratamento especializado para o aluno com TEA durante todo o percurso de sua vida, para tanto se faz necessário a presença de um acompanhante especializado que auxilie o professor no processo de inclusão do aluno com TEA. O Acompanhante precisa trabalhar bastante para que descubra o universo da criança, e, desta maneira, elaborar condições para que ocorra a frequência do aluno com TEA na escola, aproveitando esse momento de modo único.

A legislação brasileira defende a preparação do acompanhante especializado. A Lei nº 9394/96 (LDB), prevê que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades. Advertindo ainda sobre a importância de professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Toda sala de aula que tiver um aluno com TEA deve ter um acompanhante especializado que o auxilie, estando assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão, no qual a escola particular não deve cobrar taxa extra aos pais pelo serviço desse profissional.

A obrigatoriedade do acompanhante é prevista por lei, desde que comprovada necessidade, a pessoa com TEA incluída nas classes comuns de ensino regular, terá o direito ao acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

O mesmo documento garante matrícula ao aluno com transtorno do espectro autista assegurando punição ao gestor escolar ou autoridade competente que o recusar, conforme descrito em seu Art. 7º, porém para que ocorra a efetivação deste artigo é necessária uma fiscalização ou uma orientação às famílias que apresente alunos com TEA ou qualquer outra deficiência.

### **3.5 A inclusão e o Apoio Terapêutico no âmbito escolar**

A Educação Terapêutica trata-se de uma intervenção feita com crianças que apresentam problemas de desenvolvimento. Apresenta-se como um conjunto de práticas interdisciplinares de tratamento, dando ênfase às práticas educativas, visando a retomada do desenvolvimento global da criança ou da estruturação psíquica interrompida ou a confirmação do mínimo de sujeito construído pela criança. O autor Kupfer (1997) relata que um dos eixos da educação terapêutica é a inclusão escolar.

O acompanhamento terapêutico escolar trata-se de uma prática utilizada no processo de inclusão escolar a crianças que apresentam dificuldades educativas especiais (PEGORELLI, 2011). Os autores Fráguas e Berlinck (2001) apresentam o trabalho do acompanhante em estar com a criança dentro e fora da sala de aula, buscando a integralização da criança ao grupo, levando-a a um envolvimento com as atividades descritas pelo professor, observando e respeitando seus limites e potencialidades. O acompanhante pode atuar em diversas áreas como: Psicologia, Educação, Fisioterapia e Educação Física tendo suas perspectivas teóricas e metodológicas diversificadas.

De início a função do acompanhamento terapêutico na escola é bastante definido, mas para a escola a presença desse acompanhante associa-se a dificuldades apresentadas pelos professores na aprendizagem das crianças com TEA, por estabelecerem relações diferentes, muitas vezes assustadoras que chegam a causar angústias e medo na população escolar, ou até mesmo causar desconforto para a escola que ainda não está acostumada com situações difíceis de controlar, por isso o acompanhante terapêutico procura e, em comum acordo, resolver os problemas encarados pelos professores.

## **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1 Tipo da Pesquisa**

O presente trabalho tem como objetivo geral discorrer sobre a inclusão de crianças com TEA na escola da rede privada de ensino Recanto Novo, buscando apresentar as características psicológicas e educacionais do TEA e os desafios que a escola enfrenta para incluir essas crianças no âmbito escolar. Para tanto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica em consonância com a pesquisa de campo de natureza exploratória e qualitativa a fim de compreender a importância da pesquisa na aferição dos aspectos qualitativos de questões inseridas na pesquisa, como buscar os desafios que a escola Recanto Novo enfrenta para incluir um aluno com TEA. A escolha da pesquisa se deu pelo entendimento de que a pesquisa qualitativa exploratória elucida o direcionamento das dificuldades encontradas em grupo, assim como pelos docentes e não tem interesse em obter quantidade como resultados. Para a efetivação do projeto, buscou-se analisar a inclusão da criança com TEA em uma determinada escola,

buscando informações de como se dá o acolhimento a esta criança e as dificuldades e despreparo da escola para que ocorra a inclusão, buscando coletar informações por meio do dia a dia da criança e dos pressupostos teórico-metodológico para o complemento das observações. O objetivo é adquirir conhecimento a respeito do assunto, ou seja, discorrer sobre a inclusão de crianças com TEA na escola da rede privada de ensino Recanto Novo, considerando a preparação da escola e dos professores de suma importância para a inclusão.

#### **4.2 Campo Empírico: A natureza e os sujeitos da pesquisa**

O local em que foi realizada a pesquisa foi em uma determinada escola da rede privada de ensino, na cidade de João Pessoa – PB, com a intenção de analisar a inclusão da criança com TEA na rede privada de ensino, mais precisamente na escola Recanto Novo e quais as dificuldades enfrentadas pela mesma em receber e incluir essa criança no meio educacional. A escolha desta escola se deu em virtude de uma realidade vivenciada na escola Recanto Novo, pois há crianças com TEA incluídas no seu meio e que foge da realidade descrita nos documentos legais e das Políticas Públicas sobre o processo de inclusão, já que a escola não disponibiliza o acompanhante especializado, nem está aberta a mudanças em sua metodologia de ensino.

A escola pesquisada é uma adaptação de duas casas, as salas de aulas são apertadas, estreitas e bastante cheias, não possuem janelas. Por serem apertadas são quentes e o ar condicionado não suporta a quantidade de pessoas e o ambiente é sem estrutura. A área de recreação não é um espaço adequado, pois é pequeno e ainda é ocupado por dois brinquedos (pula-pula) e as gangorras para as crianças do maternal. A professora da aluna com TEA possui uma auxiliar de sala, não é uma cuidadora nem uma acompanhante especializada, que atende a todos os alunos caso precise nas atividades planejadas e nos cuidados pessoais de higiene.

Para a realização da pesquisa foi analisada a inclusão de dois alunos com TEA no ensino regular de ensino e a metodologia utilizada para a efetivação foi o estudo de caso com observações de campo, pois estes instrumentos aprofundam conhecimentos antes de ser analisada a luz dos referenciais pesquisados na pesquisa bibliográfica, como aponta o autor Richardson (1999).

### 4.3 Instrumentos de Coleta de Dados

Para que seja efetivada uma pesquisa qualitativa os recursos utilizados são a entrevista semiestruturada ou questionários com questões abertas e observação em campo, tendo em vista que os mesmos são instrumentos que buscam antes de fazer a análise, aprofundar conhecimentos a luz dos referenciais pesquisados na pesquisa bibliográfica (RICHARDSON, 1999).

Nesta pesquisa foi feita o uso de observações em campo com registros em diário de campo, planejado e elaborado para este fim, foram realizadas também observações da vivência com o aluno A1 e observações da aluna A2.

Na vivência buscou-se analisar os impasses sofridos pela professora e as suas conquistas junto ao aluno com TEA, buscando como base, referenciais na área que manifeste as necessidades específicas deste aluno, buscando formas de conscientizar a direção quanto às mudanças metodológicas e como deve ser feita essas mudanças para que ocorra o desenvolvimento do aluno.

Neste tipo de pesquisa o tamanho da amostra não requer o rigor estatístico, mas, procura-se retratar a população estudada, refletindo suas características. Neste caso, a escolha da escola se deu por fazer parte da mesma e sentir inquietação pela forma como os alunos com TEA são acompanhados e por nela frequentar alunos com TEA no ensino fundamental.

A escola da rede privada de ensino, não atende as necessidades que demanda as normas, diretrizes e leis a favor dos alunos com TEA, os alunos não têm um acompanhante especializado prevista na legislação federal e municipal. As observações foram realizadas na sala de aula de duas professoras, com apoio de uma auxiliar de sala e dois alunos com TEA.

O objetivo dessas observações foram coletar dados de como se dava a inclusão dos alunos com TEA, se havia a inclusão em sua totalidade e como os alunos com TEA se comportavam nesse ambiente: com professores, colegas e com os alunos da escola em geral ou se a sua interação era restrita ao professor e alunos da própria sala de aula.

Toda a pesquisa teve o consentimento da direção da escola e dos referidos professores e auxiliar de sala.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O diário de campo foi utilizado para registrar as observações feitas durante o período da pesquisa. As observações ocorreram durante o período em que estava com o aluno A1, em sala de aula, durante o ano letivo de 2016 e a aluna A2 entre os meses de maio e junho de 2018, em decorrência a uma aplicação de atividades com alunos com TEA para um componente curricular.

Neste espaço irá ser descrito os aspectos que serão destacados por tópicos, determinados em decorrência das características dos TEA, ou mesmo, das dificuldades de interação, comunicação e comportamento. As crianças serão identificadas como A1 e A2, quando for necessário destacá-las.

Observações a respeito do aluno A1 – Tem 8 anos e está cursando o 1º ano do Ensino Fundamental. Apresentou-se disperso, sua atenção é voltada apenas para os movimentos repetitivos das mãos e pés, porém mesmo com as suas barreiras, é capaz de resolver as atividades com auxílio da professora ou de algum colega de sala, mantendo sempre o interesse em realizar as atividades, apenas quando encontrava-se irritado é que não se dispunha a fazer as atividades. Muitas vezes necessita de auxílio extra na explicação dos conteúdos para poder compreender, contudo, apresenta atitudes positivas, dentro de suas limitações, quanto aos conteúdos. O aluno não se expressava verbalmente, para que houvesse comunicação ele apenas apontava ou já tentava resolver sem o uso da fala, porém tinha uma criatividade impressionante, alguns dos problemas do cotidiano ele tentava resolver, só pedia ajuda quando não conseguia.

Quando se encontra em situações conflituosas procura isolar-se, para ele é a melhor forma de resolver seus conflitos e controlar suas emoções, o aluno não tem o asseio necessário, apresenta uma aparência de tristeza, tímido, sempre com sapatos sujos, maior que o seu número. Durante as observações não foram evidenciadas nenhuma manifestação de agressividade por parte do aluno, porém, o mesmo não gostava de formas carinhosas para com ele, era sempre arredio, mas atencioso.

No período de observações o aluno demonstrou dificuldade em relacionar-se com os amigos ou de fazer novos amigos, porém respeita os colegas e os professores, mas não aceita cooperar com ninguém, preferindo ficar em seu lugar de isolamento, não aceita ser tirado de sua rotina, mas se for trocada a rotina, ele apenas isola ainda mais ficando chateado, nem aceita troca de amigos e professores.

Mantinha seus materiais em constante desorganização, para ele tanto fazia estar limpo como estar sujo o importante era estar na sua zona de conforto. Para a realização das atividades a professora precisava estar alertando o mesmo, não conseguia se controlar quando vivenciava situações diferentes da sua rotina, achava dificuldades em assumir responsabilidades passadas para ele.

Para que houvesse uma comunicação entre a professora e o aluno e um bom rendimento escolar, a professora estava sempre buscando atividades diferenciadas, mesmo com toda dificuldade, pois não tinha acompanhante especializado, nem auxiliar de sala para ajudar na realização das atividades, isto fazia com que o aluno esperasse a professora explicar aos demais alunos para poder explicar a sua atividade. A direção não aceitava que as suas atividades e avaliações fossem diferenciadas, mesmo presenciando as dificuldades do aluno, foi acordado então, depois de muita conversa que apenas as atividades avaliativas fossem diferenciadas dos demais alunos, as demais atividades a professora trazia de casa as escondidas para sala de aula. A escola precisa estar aberta à mudanças quando realiza a matrícula de um aluno seja com TEA seja com qualquer outra deficiência, com a implantação de uma sala de Recursos Multifuncionais, um Atendimento Educacional Especializado e Acompanhantes Especializados para auxiliar no desenvolvimento escolar de cada aluno, assegurando assim o exposto nas leis sobre a inclusão. Não adianta dizer que a escola é inclusiva se não dispõe de meios que atendam as necessidades do aluno.

A professora do referido aluno, estava cursando o ensino superior em uma Instituição Pública, já possuía conhecimento sobre a Educação Especial por isso estava em constante busca na adaptação das atividades, mesmo sem apoio da direção da escola, mas visava o desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Observações a respeito da aluna A2 – Tem 5 anos e estuda no Jardim I. Demonstra-se bastante dispersa, sem qualquer atenção as aulas ou as atividades relacionadas a sala de aula, não consegue resolver nenhuma atividade sem o auxílio da professora ou auxiliar de sala, não sendo possível a ajuda de colegas de sala, mesmo com atividades que chame bastante atenção não há um envolvimento na atividade, nem uma compreensão de conteúdos, pois não apresenta facilidade na expressão verbal nem criatividade de pensamento, já que não tem comunicação alguma.

Nos momentos de frustrações a aluna demonstra-se bastante agitada, não consegue manter a concentração e não apresenta interesse algum pela atividade, não consegue ficar na sala de aula. A auxiliar de sala tenta desdobrar meios para manter a

aluna em sala mesmo chamando a atenção das outras crianças, mais mantém a aluna em sala, procurando integrá-la as atividades desenvolvidas em sala e socializá-la aos demais alunos, visando um desenvolvimento na comunicação, pois a aluna não apresenta comunicação nem por fala, nem por imagens e nem mesmo por apontar com o dedo. Durante as observações foi sugerida a utilização da Comunicação Alternativa para iniciar uma comunicação com a aluna, a auxiliar confirmou que a família não dá continuidade ao trabalho realizado pela escola para que ocorra a comunicação, nem ocorre um compartilhamento por parte da direção da escola, pois a mesma não aceita mudanças de metodologia, sendo a atividade da aluna com TEA igual às atividades dos demais alunos, tornando o processo mais lento. Durante o período de observação foram ocorridos alguns momentos de agressão da aluna A2 à outros alunos, As vezes, à professora ou até mesmo à auxiliar de sala, quando tentava impor alguns limites à criança, era respondida por irritações e agressões físicas com tapas ou beliscões necessitando que houvesse uma intervenção ou da professora ou da auxiliar de sala. Foram observadas ainda momentos de estereotipias, como pulinhos nas pontas dos pés, gritos, puxões de cabelos e até mesmo subida nas mesas quando estava nervosa ou impaciente. A aluna estava sempre bem vestida, bem asseada, apesar das suas irritações, mas vez por outra aparecia um leve sorriso no rosto, quando alguém fazia o que ela queria. A auxiliar de sala com o apoio da família usava um brinquedo como forma de punição quando A2 estava fazendo birras ou estava irritada, então esse brinquedo era retirado da criança para que ela sentisse falta, e para ter o brinquedo de volta ela teria que obedecer. A aluna não aceitava nenhuma manifestação afetiva como de carinho, se alguém procurasse chegar a ela com carinhos ela gritava e chegava até a bater na pessoa.

Nas crianças com TEA, é normal apresentar rejeição de demonstração física de afeto, tais como um beijo ou um abraço, sendo comum permanecerem imóveis quando alguém lhe faz afagos.

A2 apresentou bastante dificuldade em fazer amigos já que a mesma não tem a comunicação e por apresentar um comportamento de hiperatividade, e por isso sentia dificuldades em se concentrar e apresentava indiferença diante das experiências de aprendizagem oferecidas pela escola, que já não eram boas, distanciando da convivência social, não apresenta respeito algum pelos colegas de sala nem ao menos pela professora e auxiliar de sala, não aceita cooperar nem respeita as normas estabelecidas. Com o comportamento de hiperatividade da aluna, a família vem fazendo trocas de escola, pois



as escolas não têm a preocupação de se adaptar ao aluno com mudanças de metodologias e procura de novos conhecimentos sobre uso de materiais que facilitem o aprendizado e a comunicação dos alunos com TEA. Existem diversos fatores que influenciam no prejuízo da comunicação podendo ser “manifestado ao mutismo atraso na aquisição, ecolalia, inversão pronominal, simplificação sintática, rigidez semântica, peculiaridades prosódicas, preferência por funções imperativas, literalidade na interpretação, entre outras”. (BRASIL, 2010)

Durante as observações percebe-se que a professora mantém a aluna sempre na sala de aula, não permitindo o acesso aos outros alunos da escola sendo possível a socialização apenas aos colegas de sala.

Seus materiais são todos organizados pela professora, pois se deixar nas mãos dela a atitude é rasgar e colocar na boca, o único material que ela tem apressado é um brinquedo que o mantém em suas mãos para o controle do seu comportamento, não realiza atividades sozinha e mesmo com a ajuda da professora não consegue realizar. Não tem controle em situações diferenciadas da sua rotina e não consegue assumir responsabilidades.

A aluna sente dificuldades em pegar no lápis, pois ainda não foi trabalhado a coordenação motora grossa e nem a coordenação motora fina. A professora sente-se impaciente em realizar as atividades com a aluna e a escola anterior, segundo relatos da direção da escola e da própria família, não dava a menor assistência a aluna, onde muitas vezes chegava em casa machucada por falta de atenção da escola, já que a aluna anda de ponta de pé e cambaleando como um bêbado e não deixa ninguém desconhecido segurar sua mão, por isso sente-se impaciente e com alguns tiques motores.

Durante as pesquisas foi elaborado um livro sensorial para que pudesse desenvolver a coordenação motora, a socialização e a interação da aluna com os demais colegas e apresentado a direção da escola a Comunicação Alternativa para o desenvolvimento da linguagem e comunicação da aluna, por meio do tablete. A direção mostrou-se animada em falar com a família para providenciar os materiais e iniciar a Comunicação Alternativa com a aluna, mas a animação foi apenas enquanto estava no período da pesquisa, pois ao voltar na escola para saber se houve o início do trabalho, viu que nada saiu do lugar, nem ao menos se falou com a família e a professora está fazendo a Comunicação Alternativa com os próprios objetos da sala. Neste caso é notável a ausência da família no apoio a administração desta situação e a acomodação

em aceitar a metodologia da escola que busca apenas mudança na aluna e não em sua metodologia e práticas educativas.

A professora da referida criança, está cursando o ensino superior em uma Instituição Privada, não possuindo conhecimento na área da Educação Especial, tomando a aluna com TEA como experiência para seu desenvolvimento acadêmico e procurando por meio da aluna desenvolver atividades que atenda as suas necessidades, sendo uma oportunidade de adquirir conhecimentos para futuros alunos que virão em sua vida profissional. Vale salientar que não há apoio da direção na adaptação das atividades, contando ainda com a inexistência de materiais de apoio.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede privada que atende a educação infantil e o ensino fundamental, na escola não tem apenas os dois alunos com TEA, estudam outros alunos com TEA e a situação com os outros é a mesma que com os dois. Para atender os alunos com TEA era necessário que a escola implantasse a sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), e disponibilizasse profissionais para acolher os alunos com TEA e com outras deficiências, que fossem “incluídos” na escola. A legislação brasileira assegura a “matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola” (BRASIL, 2009), em outras palavras, o AEE abrange alunos da escola e de outras escolas e da comunidade que necessitem desse Atendimento Educacional Especializado, e as escolas não tem a preocupação em realizar esse atendimento nem se preocupam em oferecer oportunidades dos docentes realizarem cursos de capacitação ao Atendimento Educacional Especializado. Muitas das escolas da rede privada de ensino não possuem a sala de recursos multifuncionais que funcionam dando suporte a esse atendimento nem procuram informações de quem oferece recursos para a aplicação da sala.

Durante a pesquisa foi possível perceber que a Escola Recanto Novo precisa descobrir como se dá o verdadeiro processo de inclusão e de que abraçar o aluno com transtorno do espectro autista é assumir o compromisso de abrir espaço para conhecer o seu mundo singular. Além disso, ter atitudes sensíveis a essa realidade, vai mais além que incluir, pois precisa acolher para que no futuro se possa colher o que foi semeado. É um constante movimento de encaixe, de polimento. “[...] Assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver” (SILVA et al., 2012, p. 06).

Foi evidente que a escola é desafiada a cada instante para a realização da inclusão, mas apresenta obstáculos quando se trata do termo incluir, pois não está aberta a mudanças de metodologias, é muito mais acessível acomodar-se do que correr atrás de ações significativas que permita avançar.

Só é possível compreender um aluno com TEA, quando se adentra em seu mundo, sensibilizando o olhar, tornando-se capaz de deter atitudes e ações apresentadas por eles. Muitas vezes um simples gesto fala mais que qualquer outra atitude, pois é num simples gesto que a criança com TEA demonstra todo seu carinho e apresso.

Para que se entenda o aluno com TEA é preciso percorrer um caminho sem orientação, sem sinalização, mais que no decorrer do percurso se encontra barreiras que conduz a novos horizontes a uma nova visão. A participação da família, profissionais da saúde e da educação nas intervenções com o aluno com TEA, fortifica as ações desde que estejam em constante colaboração na busca de novos desenvolvimentos. Quando há o reconhecimento das necessidades do aluno, a busca por metodologias e construção de um trabalho voltado a singularidade da criança com TEA se torna mais prazerosa e mais acessível, contudo precisa-se estar dispostos a realizar essa busca, sabendo que nem tudo será assimilado.

Assim, as famílias sofrem diversos impactos com o convívio com um membro com TEA, partindo do diagnóstico seguido por diversas circunstâncias que afetam a rotina familiar podendo causar transtornos emocionais nos demais membros. Muitas famílias se sentem impotentes ao lidar com o filho com TEA demonstrando insegurança, muitas vezes por falta de informação e por necessitarem de apoio (NUNES, 2007).

O envolvimento da família e de profissionais assegura a criança com TEA a certeza de que posteriormente o transtorno não seja considerado um empecilho no seu desenvolvimento cognitivo e social. Quando a sociedade e a escola tomam iniciativas e persistências sobre o TEA, tornam-se mais inclusiva e acolhedora, contanto, que haja um olhar sensível, sem preconceitos e sem imposições.

A escola é um espaço de constante formação docente, pois precisa estar aberta a construir mudanças nas práticas pedagógicas, currículos, na aprendizagem do aluno e no ensino abrindo espaço para que o educador investigue seu saber-fazer, principalmente quando se trata de alunos com deficiências ou com transtornos. A formação continuada visa analisar as práticas docentes criando espaços de reflexão coletiva levando a escola a acreditar que existem soluções para as questões presentes. Esta formação não é

construída através de cursos, conhecimentos ou técnicas, mas através de um trabalho reflexivo crítico sobre as práticas e de uma permanente (re)construção da identidade pessoal no intuito de consolidar uma profissão autônoma produtiva em seus saberes e valores.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de um aluno com TEA em uma sala de aula, não significa dizer que foi feita a inclusão desse aluno, pois a inclusão vai muito mais além, almejando acima de tudo o desenvolvimento das suas habilidades e potencialidades para que ocorra uma superação de suas dificuldades.

Conforme os estudos e as legislações podem observar que, para que ocorra um atendimento aos alunos com TEA é necessário que promova diversas adaptações de uma forma ampla, principalmente nas metodologias de ensino. Porém, o mais importante é que o profissional envolvido nesta adaptação tenha uma formação adequada. Nas práticas observadas na escola Recanto Novo, ficaram evidentes que a inclusão dos alunos com TEA ainda é algo distante da realidade, pois falta a formação dos profissionais envolvidos nesse processo e a ausência de metodologias que assegurem a inclusão, mesmo que as práticas pedagógicas fiquem a cargo tanto da professora quanto da auxiliar de sala, mas há o despreparo das duas para o processo de inclusão.

A escola vivencia uma contradição com a literatura e com as leis brasileiras, pois enquanto a legislação defende o Atendimento Educacional Especializado, a figura de um acompanhante e o uso de recursos, a inclusão do aluno com TEA na escola Recanto Novo vem contando com a presença de uma auxiliar de sala que nem sempre tem formação especializada e procura determinar socialização garantindo a frequência do aluno com TEA, tornando os comportamentos inadequados cada vez mais raros e buscando a melhoria da interação.

As escolas da rede privada de ensino nos últimos anos tem tido um aumento no número de matrícula de alunos com TEA, fazendo cumprir os objetivos exposto na lei LDB 9394, de 1996. Esse estudo indica que a escola privada, porém, não conseguiu ir além do que matricular. Vê-se que na prática há uma necessidade da formação para os profissionais de educação a fim de que todos se tornem competentes em desenvolver as potencialidades dos alunos conforme consta a lei.

Mediante as práticas evidenciadas na escola, o que nos inquieta é se de fato todo o processo realizado pode se chamar de prática inclusiva, pois a maior barreira para a prática inclusiva é o despreparo dos profissionais e dos espaços escolares para acolher os alunos com TEA, começando da direção da escola, levando ainda em consideração a precariedade das condições do processo de ensino aprendizagem e de outros aspectos

como tamanho de sala e de turma, inexistência de materiais de apoio, ausência de metodologias, formação insuficiente de profissionais que tornam essa prática inclusiva em um questionamento duvidoso.

Porém, com a prática de inclusão mesmo em estado precário, nota-se que há mudanças positivas nos comportamentos dos alunos e dos professores, destacando-se a interação social, pois adquirem o prazer em brincar, já não se pode dizer o mesmo quando o assunto são as práticas pedagógicas que não se vê mudanças de estratégias em benefício do aluno com TEA e raramente se observa a preocupação da professora no envolvimento do aluno nas atividades em sala.

Contudo, após a realização deste trabalho, pode-se destacar que não se pode resumir a inclusão do aluno com TEA em apenas uma matrícula em classes regulares. Mas, é de suma importância que as políticas públicas priorizem a formação continuada dos profissionais de educação, pois se torna a inclusão apenas uma fantasia sem profissionais preparados e sem metodologias que visem o desenvolvimento do aluno

A escola, além de acolher e incluir, precisa se tornar um espaço de produção e um ambiente que promova a socialização de conhecimentos. Mas, ao contrário do exposto nas legislações brasileiras de inclusão, a escola não se preocupa com o aprendizado dos alunos com TEA, preocupa-se apenas em realizar a matrícula e manter nos espaços escolares.

Diante da realidade da escola, pode-se observar que a escola busca a formação dos profissionais apenas para atender leis que asseguram que os professores precisam possuir uma formação superior para estar em serviço na sala de aula, sem ter a preocupação de formar profissionais que tenham conhecimentos da população que abrange a Educação Especial, nem das propostas inclusivas e as especificidades, características e intervenções voltadas a essa população, tornando assustador a ausência de compromisso por parte da direção em conhecer as necessidades de cada um e do que precisa para o desenvolvimento de suas habilidades e competências.

Perante os dados obtidos, é possível afirmar que para a interação e desenvolvimento de uma aprendizagem significativa dos alunos com TEA precisa ser realizadas várias intervenções para que ocorra o despertar de sua independência e um desenvolvimento considerado.

Por fim, o transtorno do espectro autista tem muitos espaços a ser explorado, porém maiores são os espaços deixados pela ausência da formação dos educadores e

direções de escolas que atendem essa população e a falta de metodologias que favoreçam o desenvolvimento, a interação e a aprendizagem dos alunos com TEA.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Código Internacional de Doenças**. Washington, DC, USA: APA, 2013. Disponível em: <http://www.cid10.com.br/>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM IV**, 4ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ASA. 1978. Autism Society of American: Associação Americana de Autismo, apud Gauderer, E. Christian. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento**: guia prático para pais e profissionais. Rio de Janeiro: Revinter; 1997. p.3. Disponível em: <http://www.autism-society.org/>. Acesso em: 25 de setembro de 2018.

BLEULER, Eugen. **Demencia precoce, el grupo de las esquizofrenias**. Buenos Aires, Paidós, 1960.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC. 2009.

\_\_\_\_\_. **L. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Seção 1, p. 2.

\_\_\_\_\_. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/ SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.



\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação** - Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**– Viver sem Limite: SDH-PR/SNPD, 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria normativa nº 13, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Programa de Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

CAROTHERS, Douglas E. ; TAYLOR, Ronald L. **Como pais e educadores podem trabalhar juntos para ensinar habilidades básicas de vida diária para crianças com autismo**. 2004. Disponível em: [http://www.ama.org.br/html/apre\\_arti.php?cod=64](http://www.ama.org.br/html/apre_arti.php?cod=64). Acessado em 18 e outubro de 2017.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 5ª ed. RJ: Wak Ed., 2014.

FRÁGUAS, V., & BERLINCK, M. T. **Entre o pedagógico e o terapêutico: algumas questões sobre o acompanhamento terapêutico dentro da escola**. Estilos da Clínica, São Paulo, vol. IV nº 11, 2º Semestre de 2001.

GAUDERER, E. Christian. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e profissionais**. Rio de Janeiro: Revinter; 1997. pg. 3.

IRIBARRY, Isac Nikos. **Aproximações sobre a transdisciplinaridade: Algumas linhas históricas, fundamentos e princípios aplicados ao trabalho em equipe**. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p.483-490, jul./ago. 2003.

KANNER, L. **Pathology: Autistic Disturbances of affective contact**. Nervous Child. 2,217150,1943.

KANNER, Paris, PUF, 1983, e a tradução portuguesa **Os Distúrbios Autísticos de Contato Afetivo** in: Rocha, P. S. org. Autismos. São Paulo. Escuta, 1997.

KHOURY, Laís Pereira et al. **Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: guia de orientação a professores** [livro eletrônico]. São Paulo: Memnon, 2014.

KUPFER, Maria Cristina Machado. **A educação terapêutica e a inclusão escolar de crianças psíquicas e autistas**. In: *Psicanálise implicada: educar e tratar o sujeito*. Curitiba. Editora Juruá, 2016.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5 ed. São Paulo: AMA. Brasília: Corde, 2007.

NUNES, D. R. **Efeitos dos procedimentos naturalísticos no processo de aquisição de linguagem através de sistema pictográfico de comunicação em criança autista**. In: Nunes, L. R. (org.). Favorecendo o desenvolvimento da comunicação em crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro. Dunya. 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

PEGORELLI, A. L. C. B. **Um acompanhamento terapêutico na escola: seus alcances e possíveis entraves**. In VIII Colóquio Internacional do LEPSI/ III Congresso da Ruepsy-O declínio dos saberes e o mercado do gozo: a psicanálise na educação. São Paulo, 2011. Recuperado de [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MS-C0000000032010000100006&script=s-ci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MS-C0000000032010000100006&script=s-ci_arttext)

PIAGET, J. **Epistemologia Genética**. Petrópolis: Vozes, 1970.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. São Paulo; Atlas Editora, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Cartilha Autismo e Educação. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://autismoerealidade.org/wp-content/uploads/manuais/Cartilha-AR-Out-2013.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Pedro Jorge de Melo e (Orgs.). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: **Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**, 2004.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mundo Singular- Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro. ED. Fontanar, 2012.

UNESCO. Declaração de Salamanca: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca/Espanha, 1994.

\_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.

\_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, 1948.

WALTER, C. C. de F. **Os efeitos da adaptação do PECS ao curriculum funcional natural em pessoas com autismo infantil**. Dissertação de mestrado não publicada. Universidade Federal de São Carlos, 2000.

WINDHOLZ, M. **Autismo Infantil: terapia comportamental**. In: Schwarzman, J. S. Assumpção, F. Autismo Infantil. São Paulo. Editora Memnon, p.179-210, 1995.

WING, L. Gould, J. **Severe Impairments of Social Interaction and Associated Abnormalities.** In: Children: Epidemiology and Classification. Journal of Autism and Developmental Disorders, 9 11-30, 1979.

## ANEXOS




**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE PEDAGOGIA**

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE DADOS**

Declaramos para os devidos fins, que cederemos ao/à pesquisador/a Selma Lôbo dos Santos Manguiera, o acesso aos dados de documentos para serem utilizados na pesquisa: A Inclusão da Criança com Transtorno do Espectro do Autismo na Escola da Rede Privada de Ensino: Estudo de Caso na Escola Recanto Novo, que está sob a orientação do/a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Izaura Maria de Andrade da Silva.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se o(a) mesmo(a) a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

João Pessoa, 29 de Maio de 2018.

  
Elisandra Cavalcanti Palitot  
Diretora  
Reg. n.º 8791

\_\_\_\_\_  
Nome/assinatura e carimbo do responsável pela Instituição

## **SUGESTÕES DE ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS DO ALUNO**

### **ÁREA COGNITIVA:**

- Presta atenção nas aulas ou é dispersivo.
- Realiza atividades de sala de aula de forma independente ou necessita de ajuda do professor ou colegas.
- Persiste na realização das tarefas ou desiste diante da primeira dificuldade.
- Necessita de explicações complementares para realização das atividades propostas com vistas a assimilação/compreensão dos conteúdos.
- Demonstra atitude positiva ou negativa em relação aos conteúdos acadêmicos.
- Apresenta facilidade na expressão verbal.
- Demonstra criatividade de pensamento.
- Sensibilidade artística.
- Demonstra preferência por algumas atividades específicas.
- Resolve problemas do seu cotidiano.

### **ÁREA AFETIVA:**

- Demonstra interesse e iniciativa para realização das atividades acadêmicas.
- Reações diante as frustrações.
- Controla suas emoções.
- Auto-imagem (positiva ou negativa, cuidados pessoais, aparência...).
- Características de humor.
- Manifestações afetivas (carinhoso, agressivo...).

### **RELACIONAMENTO INTERPESSOAL:**

- Tem facilidade para fazer amigos.
- Respeita os colegas e os professores.
- É cooperativo.
- Respeita as regras e normas estabelecidas.

### **RELACIONAMENTO INTRAPESSOAL:**

- Mantêm em ordem seus pertences (cadernos e materiais em geral).
- Higiene pessoal, auto-cuidado.
- Executa as tarefas solicitadas.
- Atitudes diante das diferentes situações vivenciadas.
- Assume responsabilidades delegadas.

### **ÁREA MOTORA:**

- Coordenação global dinâmica e estática.
- Coordenação motora fina.
- Postura (sentar, andar...).
- Apresenta agitação motora.
- Tiques motores.

João Pessoa, 20 de março de 2018.